

A. I. N° - 207150.0088/04-7
AUTUADO - ELIZÂNGELA PEREIRA NUNES
AUTUANTE - JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES PEREIRA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 04. 08. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0282-04/04

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O sujeito passivo comprovou o recolhimento do imposto, antes do início da ação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 19/04/04, exige ICMS no valor de R\$ 2.382,82, em razão da falta de recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexos 69 e 88.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fl. 17, alegando que efetuou, em 09/12/03, o pagamento do ICMS que está sendo exigido na autuação, no valor de R\$ 1.487,11. Como prova de sua alegação, acostou às fls. 18 a 28, fotocópia do DAE correspondente e das notas fiscais arroladas no lançamento. Ao final, solicita a improcedência da autuação.

Na informação fiscal, fl. 32, o autuante afirma que “a justificativa de empresa é plausível e o imposto reclamado encontra-se efetivamente pago e, por essa razão, opinamos pela improcedência do Auto de Infração”. Às fls. 33 a 35, o auditor anexou ao processo um novo demonstrativo do imposto devido, onde apurou o ICMS a recolher no valor de R\$ 1.487,11, bem como fotocópia de DAE e do correspondente comprovante de pagamento.

VOTO

Inicialmente, ressalto que o valor consignado no Auto de Infração (R\$ 2.382,82) está equivocado, pois o mesmo débito (R\$ 1.191,41) foi lançado duas vezes no demonstrativo existente na primeira folha do Auto de Infração. O correto valor do imposto é R\$ 1.487,11, conforme alega o autuado em sua defesa e comprova o novo demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 33.

Ao analisar as peças processuais, constato que o pleito defensivo deve ser acatado, pois o autuado comprovou o recolhimento do imposto devido, no valor de R\$ 1.487,11, antes do início da ação fiscal, mediante a apresentação dos correspondentes DAE e recibo de pagamento.

Por fim, ressalto que o próprio autuante, quando prestou a informação fiscal, reconheceu que o imposto devido já tinha sido recolhido no momento e no valor corretos e, em consequência, opinou pela improcedência da autuação.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 207150.0088/04-7, lavrado contra **ELIZÂNGELA PEREIRA NUNES**.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de julho de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR